

Justiça Federal recebe sugestões de temas repetitivos que geram judicialização indevida



Clementino explicou que esses temas são de grande importância e servirão de fundamentação para atuação do Centro. “Eu e a juíza Márcia somos relatores do mapeamento sobre o uso da inteligência artificial na Judiciário. (...) Nós decidimos

criar um modelo de pesquisa, para fazer esse mapeamento e para que a gente tenha o Centro de Inteligência oferecendo subsídios à área técnica sobre o que priorizar em termos de inteligência artificial”, explicou.

O Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal está monitorando e racionalizando a identificação de demandas repetitivas, ou com potencial de repetitividade, com objetivo de aperfeiçoar o gerenciamento de precedentes. O objetivo desse grupo de trabalho é contribuir com as atividades da Justiça, desde magistrados a operadores do Direito, estimulando a resolução de conflitos massivos – ainda na origem – evitando, assim, a judicialização indevida. Para isso, o Centro está recebendo sugestões de temas repetitivos. Para colaborar, enviando uma proposta, acesse: https://www2.cjf.jus.br/centro_inteligencia/tema-proposto/

A equipe de trabalho é composta pelo grupo operacional – responsável pelos estudos, pesquisas e levantamento de dados sobre o fenômeno da explosão de processos, de demandas repetitivas e otimização de precedentes. As análises e conclusões são levadas ao grupo decisório, que analisa as medidas para tentar otimizar e harmonizar os julgamentos dos processos.

Reuniões - Sobre o assunto, o Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) realizou, nos dias 6 e 7 de agosto, reuniões com a participação de integrantes do Centro Nacional de Inteligência. Os encontros ocorreram na sede do órgão, em Brasília (DF), conduzidos pelo juiz federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte Marco Bruno Miranda Clementino e pela juíza federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro Márcia Maria Nunes de Barros.

Os magistrados se reuniram com representantes de órgãos públicos para tratar de temas como o uso da inteligência artificial no Poder Judiciário, execuções fiscais e o custeio de perícias judiciais na Justiça Federal. Marco Bruno Miranda

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Estagiária de Jornalismo:** Carolina Sales Barreto. **Tiragem:** 25 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.

Ainda segundo o juiz federal, o tema da execução fiscal foi tratado com representante da Procuradoria da Fazenda Nacional. “Nós estamos querendo compreender qual é a política de gestão de cada carteira de cobrança da dívida ativa, e o que eles estão fazendo para otimizar a cobrança – para que nós (Justiça Federal) também possamos aprimorar a prestação jurisdicional, já que eles fazem a cobrança em juízo”.

O magistrado também informou que o grupo decisório aprovou a realização de uma audiência pública para que os problemas com as perícias judiciais na Justiça Federal sejam debatidos de forma ampla, com a presença de todos os atores envolvidos.

Fonte: CJF

Inscrições para curso sobre Riscos nas Contratações Públicas terminam dia 24

O Centro Regional da Escola de Administração Fazendária da Bahia (ESAF/BA) continua com inscrições abertas para o curso “Gestão de Riscos nas Contratações Públicas” até a próxima sexta-feira (24/08). O curso de caráter presencial possui carga horária de 16h e não há cobrança de taxa de inscrição. Para se inscrever basta acessar o site da ESAF: www.esaf.fazenda.gov.br.

O Público-alvo do curso são servidores públicos federais, prioritariamente, tendo como pré-requisito a atuação na área de auditoria e controle e/ou logística pública de contratações a fim de capacitá-los com instrumental teórico e prático para o entendimento dos principais aspectos da

Governança e da Gestão de Riscos nas Contratações Públicas.

Sob a tutoria do auditor federal de finanças e Controladoria-Geral da União, Antônio Lázaro Soares Amparo, os servidores discutirão temas como: a importância do gerenciamento de riscos na estrutura de planejamento da IN nº 05/17, incluindo as providências e os procedimentos dessa etapa; analisar e elaborar o mapa de riscos conforme a IN nº 05/17 e seus procedimentos; dentre outros assuntos.

O curso será realizado nos dias 29 e 30 de agosto, das 8h30 às 17h30 no edifício do Ministério da Fazenda, Avenida Jequitiaia, s/n. No bairro do Comércio, em Salvador.

VEJA COMO ECONOMIZAR NA HORA DE IMPRIMIR

Reduzir o consumo é transformar o mundo!

- 1 Dê preferência ao uso de mensagens eletrônicas (e-mail) na comunicação
- 2 Substitua o uso de documentos impressos por digitais
- 3 Imprima apenas o necessário
- 4 Revise os documentos antes de imprimir
- 5 Imprima os documentos no modo frente e verso
- 6 Reaproveite o papel que foi impresso apenas em um lado. Que tal um bloco de rascunho?
- 7 Utilize a Ecofont. Economiza 20% de tinta e mantém a legibilidade da impressão



Sustentabilidade na SJBA
Conceito original: UFSC

Na Seção Judiciária da Bahia são consumidas em média 8.181.000 folhas de papel A4 por ano. Conscientize-se!

Confira as instruções para solicitar adesão ao regime de teletrabalho



No âmbito da Justiça Federal da 1ª Região, de 1º e 2º graus, para requerer o regime de teletrabalho o servidor deverá abrir um processo administrativo eletrônico (PAe-SEI) do tipo “Teletrabalho”, incluir o “Requerimento para o regime de Teletrabalho (Anexo I)” e a “Manifestação da chefia para o regime de teletrabalho (Anexo II)”, devidamente preenchidos e assinados pelas partes, e encaminhar para a Secretaria de Gestão de Pessoas (Secgp).

Após analisados e autorizados os documentos pelas autoridades competentes, por meio de expedição de ato formal (portaria), a unidade interessada deverá incluir o formulário “Plano de trabalho (Anexo III)” no mesmo PAe-SEI.

Decorridos seis meses, a chefia imediata deverá encaminhar o “Relatório semestral de resultados do teletrabalho (Anexo IV)” para a Secgp.

Os documentos relacionados ao teletrabalho estão disponíveis no sistema PAe-SEI, em que deverá ser aberto um único processo por servidor, não sendo permitido dar continuidade aos procedimentos em processo diverso.

Dúvidas sobre os procedimentos referentes ao SEI poderão ser esclarecidas no Núcleo Regional de Apoio ao Processo Administrativo Eletrônico (Nupae) pelos telefones (61) 3410-3320 e 3328.

Fonte: TRF1

Aniversariantes

Hoje: Carlos Alberto Almeida Simas (NUCJU), José Reinaldo Almeida Oliveira (Itabuna), Manuella Andrade Coelho (8ª Vara), Cássio Vitor Marques Santos (Feira de Santana) e Jurandi José Santana (CS Gestão & Serviço).

Amanhã: Adriana Alves Litieri Brentz (3ª Vara), Elvira das Virgens Costa (5ª Vara), Luciana de Novaes Ventura (17ª Vara), Márcia Regina Lins Magalhães (DIREF), Maria Cristina Tude Mendes (NUCJU), Paulo Emilio Mascarenhas Fausto (23ª Vara), Alisson Modesto de Jesus (8ª Vara), Carol Gargur Costa (Turma Recursal), Fabricio Fernandes Vieira (Juazeiro), Jonas Vieira Cruz de Oliveira (Jequié) e Raimundo Ferreira de Assis (VIPAC).

Parabéns!